



# Lula diz que Brasil tenta negociar há meses com EUA, mas não tem resposta

## Estado de São Paulo registra mil mortes por dengue em 2025

Página 2

## Ipea: mais ricos deveriam pagar 14% para igualar à classe média

Página 3

## Azul tem 2º voo com emergência na semana

Um avião da companhia aérea Azul precisou fazer um pouso de emergência na tarde desta quinta-feira (17) no Aeroporto Internacional de Brasília.

Aeronave decolou por volta das 13h20 de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. O voo AD2256 tinha o aeroporto de Maceió (AL) como destino. Sua chegada estava prevista para as 16h.

“Problema técnico” levou a pouso de emergência em Brasília, às 14h45. Os demais voos com partidas ou chegadas programadas na capital federal não foram impactados pelo desvio de rota.

“Máscaras de oxigênio foram acionadas” preventivamente, informou a companhia aérea. A Azul não detalhou o problema técnico que teria causado a despressurização na cabine.

“A aterrissagem e o desembarque dos clientes aconteceram em total segurança, com a aeronave seguindo para posição de parada normalmente. O equipamento foi encaminhado para inspeção”, disse a Azul, em nota.

Passageiros foram recomodados em outro voo da própria companhia com destino à capital alagoana. No comunicado, a Azul lamentou “eventuais transtornos” e destacou que “medidas como essas são necessárias para conferir a segurança de suas operações”.

INCIDENTE É O SEGUNDO DO TIPO SÓ NESTA SEMANA

Outro voo da Azul teve problema técnico na última segunda-feira. O avião decolou do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, rumo ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio.

Ao se aproximar do seu destino, falha foi detectada. Assim como ocorreu nesta quinta-feira (17), máscaras de oxigênio foram acionadas e a tripulação solicitou prioridade para o pouso. (Folhapress)

<b>DÓLAR</b>	
Comercial	
Compra:	5,54
Venda:	5,54
<b>TURISMO</b>	
Compra:	5,58
Venda:	5,76
<b>EURO</b>	
Compra:	6,42
Venda:	6,43

## Governo Trump critica 25 de Março, mas pirataria no Brasil predomina em marketplaces na internet



Foto: Paulo Pinto/ ABR

Página 3

## Em resposta a Lula, Casa Branca diz que Trump não é imperador do mundo, mas sim grande líder

A secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, rechaçou na quinta-feira (17) a declaração do presidente Lula (PT) de que o presidente americano, Donald Trump, não foi eleito para ser “imperador do mundo”.

“O presidente com certeza não está tentando ser o imperador do mundo. Ele é um presidente forte dos EUA e também o líder do mundo livre. Nós temos visto uma grande mudança pelo mundo devido à liderança do presidente”, afirmou a porta-voz da Casa Branca após ser questionada sobre o tema.

Após pergunta sobre quais seriam os termos disponíveis para uma negociação com o Brasil a respeito da ameaça de

aquele primeira taxaço. Temos uma equipe de negociação”, disse Lula durante discurso na abertura do 60º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), na UFG (Universidade Federal de Goiás), em Goiânia.

“Não recebemos nenhuma resposta”, afirmou o presidente. “A resposta que nós recebemos foi a matéria publicada no jornal dele, no zap dele, no portal dele. E a carta é o seguinte: ‘O dá ou desce. Essa é a lógica da carta.’”

Página 3

### Esporte

## W2V Racing e Pioneiro Motonil Motors destacam evolução no MOTO1000GP

Estreantes na temporada 2025 do MOTO1000GP, as equipes W2V Racing e Pioneiro Motonil Motors destacam a evolução conquistada até aqui. Após três etapas, ambas mostram crescimento técnico, conquistaram bons resultados em diferentes categorias e se preparam para a reta final do Campeonato Brasileiro de Motociclismo. A W2V Racing entrou no campeonato com um projeto estruturado e pilotos em três categorias.

Página 8  
Equipes estreantes destacam evolução



Foto: MOTO1000GP

## Turismo Nacional tem duelo de gerações como “pano de fundo”



Foto: Magnus Torquato

A temporada 2025 da TN vem rendendo duelos

A inclusão da Turismo Nacional como o primeiro degrau na escala evolutiva promovida pela Vicar e que pode levar o piloto a chegar ao grid da BRB Stock Car Pro Series aumentou em profusão a presença de jovens talentos no grid da categoria dos carros mais vendidos do Brasil. Se antigamente a TN contava em maior parte com competidores mais tarimbados, hoje há um mix dos mais interessantes entre juventude e experiência, o que eleva ainda mais o nível técnico e amplia o leque de possibilidades de grandes disputas e duelos de gerações.

Página 8

## Atletismo Brasil pronto para a disputa do Ibero-Americano Sub-18

O Atletismo Brasil embarcou na madrugada de quinta-feira (17) para a disputa do II Campeonato Ibero-Americano de Atletismo Sub-18, em Assunção, Paraguai, sábado e domingo (19

e 20/7). O Brasil terá 35 atletas (16 feminino e 19 masculino) na competição que juntará competidores de países de língua espanhola e portuguesa.

Página 8

## BRB Fórmula 4 Brasil volta ao ‘berço’ para segunda etapa



Foto: Victor Eleutério

Segunda etapa da temporada será na pista onde tudo começou

Correr no Velocitta é sempre um momento especial para a BRB Fórmula 4 Brasil Credenciada pela FIA. Afinal, foi no circuito localizado em Mogi Guaçu, no interior de São Paulo, que a categoria-escola promovida pela Vicar realizou sua primeira largada, em 14 de maio de 2022. Consolidada no cenário nacional e latino-americano pela quantidade de talentos já revelados para o automobilismo,

a competição retorna ao seu ‘berço’ para a disputa da segunda etapa da temporada 2025 entre 17 e 20 de julho.

No seu quarto ciclo, a BRB Fórmula 4 Brasil tem o grid mais jovem de sua história. E em processo de constante renovação, a competição mostrou desde a abertura do campeonato, em Interlagos, que a base vem muito forte.

Página 8

# Estado de São Paulo registra mil mortes por dengue em 2025

O estado de São Paulo registrou mil mortes por dengue na quinta-feira (17). Outros 227 óbitos estão em investigação, segundo dados da Secretaria Estadual de Saúde.

A pasta aponta para 808.500 casos confirmados da doença no estado, sendo que 48.175 estão em investigação. Do total de infecções, 17.079 são classificadas com sinal de alarme e outros 1.359 como dengue grave.

No ano passado, o estado de

São Paulo atingiu a marca de 1.004 óbitos por dengue no início do mês de junho. Na época, eram 1.417.142 casos confirmados da doença. O estado contabilizou 2.148.070 casos de dengue e 2.185 mortes por dengue em todo o ano de 2024.

O estado tem 107 municípios com decretos de situação de emergência por dengue ativo. A medida permite a implementação de ações de combate à doença com maior agilidade, além da

realocação de recursos e repasses extras do governo federal.

São Paulo decretou situação de emergência em saúde pública devido à epidemia de dengue duas vezes na história: a primeira ocorreu em março de 2024 e a segunda foi anunciada em fevereiro deste ano, após o registro de 113 óbitos e cerca de 300 casos por 100 mil habitantes.

Na cidade de São Paulo, são 61.503 casos prováveis de dengue, dos quais 59.156 foram confirmados e 2.347 ainda estão em investigação. Foram registrados 34 óbitos confirmados e outros 29 estão em apuração.

Até o momento, o Brasil registra 1.510.267 casos prováveis

de dengue, dos quais 1.222.572 foram confirmados e 287.695 ainda estão em investigação. Em relação às mortes, foram contabilizadas 1.450 confirmadas, com outras 522 em investigação.

Nos primeiros seis meses de 2025, o Brasil registrou uma queda de 78% nos casos de dengue em relação ao mesmo período do ano passado. Até junho de 2025, foram 1,2 milhão de casos confirmados contra 5,6 milhões nos primeiros seis meses de 2024.

Segundo especialistas, a redução é um reflexo do aumento de pessoas já contaminadas pelo vírus no ano passado, o que faz com que haja mais anticorpos na população, e portanto, menos

contaminações e menos casos deste ano.

O número de casos deste ano é puxado pela região Sudeste, que concentra 69,5% dos casos prováveis, conforme o painel de monitoramento. O estado de São Paulo registra o maior coeficiente de incidência do Brasil até junho (1.840,1), seguido de Goiás (1.146,8) e do Acre (1.024,7).

A região Sudeste começou a registrar números mais expressivos de dengue desde 2023, o que médicos creditam ao aumento de temperatura, que favorece a expansão do *Aedes aegypti* para outras regiões, como o Sul do Brasil.

O ano de 2024 registrou

um recorde histórico de casos e mortes pela doença no Brasil. O número de mortes confirmadas por dengue superou a soma de óbitos nos oito anos anteriores. O ano terminou com mais de 5,9 milhões de casos confirmados e um total de 6.297 mortes, segundo o painel de monitoramento de arboviroses do Ministério da Saúde.

Com a redução de casos em 2025 em relação a 2024, o ano volta a ter números mais semelhantes a 2023, que registrou 1.203.340 casos confirmados até junho. (Folhapress)

## SP Sem Fogo: tempo seco aumenta o risco de incêndios em grande parte do estado

Nos próximos dias, quase todo o estado de São Paulo estará em estado de atenção para incêndios. O risco foi elevado principalmente ontem (17) e será hoje (18), quando a baixa umidade relativa do ar, as temperaturas elevadas e o predomínio do Sol intensificam as chances de queimadas em todas as regiões paulistas.

De acordo com a previsão da Defesa Civil de São Paulo, em quase todo o estado, a umidade relativa do ar atingirá níveis críticos e até abaixo dos 30%.

“A umidade abaixo de 30% aumenta muito o risco de incêndios, principalmente os florestais. Por isso, pedimos muito o auxílio da população para não jogar bituca de cigarro na beira da estrada, para que não limpem o quintal colocando fogo no lixo, para que o produtor rural não faça roçada utilizando fogo, e que a população não solte balões, que é um crime ambiental e contribui muito para incêndios florestais e em áreas residenciais também”, alerta o coordenador estadual de proteção e Defesa Civil de São Paulo, Tenente Coronel Araújo Monteiro.

A partir de sábado (19), há previsão de uma frente fria que pode trazer umidade para a faixa leste, diminuindo o risco de queimadas. No entanto, no interior, não haverá influência desse fenômeno e o risco para incêndios permanece elevado em todos os dias.

Na segunda-feira (21), o alerta retorna para todo o estado,

em especial para o extremo norte, que pode entrar em estado de emergência para incêndios.

O Governo de São Paulo iniciou no dia 1º de junho a fase vermelha da Operação SP Sem Fogo, com importantes inovações tecnológicas voltadas ao monitoramento e resposta às queimadas. Uma delas é a Sala SP Sem Fogo, uma plataforma destinada ao monitoramento dos focos de incêndio em tempo real, com emissão diária de boletins preditivos para o planejamento e coordenação das ações de resposta rápida.

“A Operação SP Sem Fogo é uma ação integrada da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e órgãos ambientais para cuidar e minimizar os focos de incêndio e agir emergencialmente no caso da necessidade de intervenção”, ressalta o diretor da Defesa Civil de São Paulo, tenente-coronel Araújo Monteiro.

Outra novidade para este ano é que a Defesa Civil do Estado de São Paulo vai utilizar a tecnologia cell broadcast para alertar a população sempre que a umidade do ar ficar abaixo de 12% e quando houver focos de incêndios próximos a áreas urbanas. A ferramenta foi incorporada à Operação SP Sem Fogo e poderá ser utilizada para alertas severos ou extremos, com orientações voltadas à prevenção e saúde das pessoas.

Também foi implementado neste ano o alerta de incêndio georreferenciado, gerado pelo sistema SMAC, desenvolvido pela Defesa Civil para identificar

focos de queimada próximos às reservas florestais do estado. Sempre que os satélites apontarem um novo foco de incêndio próximo a qualquer unidade de conservação, um alerta automático será emitido ao CGE da Defesa Civil e também aos gestores do parque florestal que estiver em risco.

Para este ano, a Semil implementou mudanças na legislação ambiental visando coibir queimadas ilegais. As alterações na Resolução SIMA 05/2021, publicadas em abril, estabelecem punições mais severas para a utilização irregular do fogo em áreas rurais.

A principal mudança é a criação de uma multa específica para proprietários rurais que não adotarem medidas preventivas contra incêndios florestais, com valores que variam entre R\$ 5 mil e R\$ 10 milhões. A norma também aumenta as penalidades para quem provocar incêndios em áreas produtivas ou vegetação sem autorização, com multas de R\$ 3 mil por hectare atingido, podendo dobrar em casos mais graves, como incêndios em terras indígenas. A legislação anterior previa multa de até R\$ 1,5 mil por hectare.

A Fundação Florestal destinou R\$ 11 milhões iniciais à operação, com contratação de bombeiros civis, aeronaves, aquisição de equipamentos e retirada de vegetação seca em áreas estratégicas. O DER, por sua vez, destinou mais de R\$ 300 milhões à conservação de rodovias, incluindo ações contra

incêndios.

O Corpo de Bombeiros capacitou 1,9 mil agentes e outros 900 estão em treinamento. A Polícia Ambiental reforçou ações de educação e fiscalização. Até o momento, 3 mil agentes de 600 municípios foram capacitados pela Defesa Civil para integrar a operação.

Operação SP Sem Fogo Criada em 2023, a Operação SP Sem Fogo já entregou 348 veículos a municípios prioritários, além de kits de combate a incêndios. Em 2025, serão contratadas aeronaves também para monitoramento e adquiridos, pela primeira vez, 20 caminhões-pipa.

A Operação SP Sem Fogo é uma parceria entre as Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Segurança Pública e Defesa Civil do Estado. Além disso, conta com iniciativas e investimentos do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar Ambiental, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), além da própria Semil e de suas vinculadas: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Fundação Florestal (FF).

Para cumprir seus objetivos, a Operação São Paulo Sem Fogo desenvolve uma série de atividades de forma permanente ao longo do ano, divididas em fases (verde, amarela e vermelha), conforme as necessidades e prioridades de cada período. (Gov. SP)

## SP abre processo seletivo para a contratação de até 5 mil professores do Ensino Médio Técnico

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) abre na quinta-feira (17) as inscrições do processo seletivo simplificado para cadastro de cerca de 5 mil vagas para professores dos cursos do itinerário de formação técnica e profissional do Ensino Médio para 2026. O prazo para inscrições dos candidatos segue até 11 de agosto exclusivamente no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Há oportunidades nas 91 diretorias regionais de ensino. Podem participar profissionais com formação em cursos de licenciatura, bacharelado ou tecnólogos, além de especialistas com notório saber e técnicos com experiência comprovada, conforme critérios estabelecidos na Deliberação CEE nº 207/2022.

A remuneração é de R\$ 5.565,00 para carga de 40 horas semanais, com possibilidade de jornada proporcional. A contratação é por tempo determinado.

O edital completo está publicado no Diário Oficial do Estado. Eixos tecnológicos

O processo seletivo abrange seis eixos tecnológicos com vagas para os cursos técnicos que serão ofertados na rede estadual em 2026. As áreas contempladas são: gestão e negócios (administração, logística e vendas), saúde (enfermagem e farmácia), tecnologia da informação (ciência de dados e desenvolvimento de sistemas, robótica e 2), recursos naturais (agronômico), turismo, hospitalidade e lazer (hospedagem) e controle e processos industriais (eletrônica) e demais componentes curriculares de natureza técnica que compõem os demais itinerários ofertados pela Seduc-SP.

Cada uma das 91 diretorias de ensino oferece um conjunto específico de eixos, de acordo com a demanda e pesquisa de interesse

dos estudantes. A lista completa com os cursos por diretoria está disponível no anexo VI do edital.

Provas e calendário

O processo seletivo simplificado é organizado em quatro etapas:

Prova objetiva (30 questões — 10 de conhecimentos pedagógicos e 20 específicos do eixo escolhido);

Prova discursiva (1 questão, com valor de até 20 pontos, sobre conteúdos gerais e específicos da área escolhida);

Prova prática (vídeo de 5 a 7 minutos simulando uma aula, com temas definidos pela Seduc-SP);

Avaliação de títulos

A prova discursiva, de caráter eliminatório, vai avaliar a capacidade do candidato em interpretar, argumentar e redigir textos na norma culta da língua portuguesa, com base em temas ligados ao perfil do professor de

educação profissional, práticas pedagógicas e conhecimentos técnicos específicos de cada eixo.

As provas objetiva e discursiva serão aplicadas no dia 28 de setembro nos 77 municípios-sede das diretorias de ensino. Os candidatos têm entre 18 de agosto e 15 de setembro para enviar à banca os vídeos da prova prática.

Os profissionais devem escolher, no momento da inscrição, até duas diretorias de ensino para fins de contratação, além de um ou dois eixos de prova — desde que os horários não coincidam.

A taxa de inscrição é de R\$ 49,00. Candidatos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência terão acesso a ações afirmativas específicas previstas em edital. Estrangeiros com residência legal no país e que atendam aos critérios de naturalização também podem se inscrever. (Gov. SP)

**CESAR NETO**

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador e presidente Ricardo Teixeira (União) tá bastante preocupado e se empenhando no auxílio à prefeitura e ao governo (SP) no caso dos ataques [combinados à pedradas] aos quase 500 ônibus da frota municipal

PREFEITURA (São Paulo)

Prefeito Ricardo Nunes (MDB) tá tomando todas as providências [inclusive a sua Guarda Civil] no caso dos quase 500 ataques criminosos [à pedradas] contra ônibus [motoristas, cobradores e passageiros] da frota municipal

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ex-deputado major Olímpio faleceu [como senador]. Assumiu [o Senado] o suplente Giordano (hoje no MDB). O atual senador tá defendendo [contra Trump USA] os ataques sobre a região “25 de março”, aonde ele foi camelo

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) não demonstra preocupação com levantamentos mostram tanto a ex-1ª dama Michelle como o filho [ainda ‘exilado’ nos EUA] Eduardo Bolsonaro (PL) à frente numa eleição presidencial 2026

CONGRESSO (Brasil)

Hugo Motta [deputado federal / Republicanos e presidente da Câmara] tá se sentindo muito mais atingido que o Alcolumbre [presidente do Senado / União], com o veto presidencial ao aprovado aumento de 513 pra 531 deputados

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT) não se ilude com levantamentos que dão sua candidatura à reeleição, vencendo qualquer adversário em 2026. Com quase 80 anos, sabe que até nos EUA [hoje do Trumpismo] somente as mudanças nunca mudam

PARTIDOS (Brasil)

Jair Bolsonaro, ex-presidente e sócio preferencial no PL do Costa Neto, segue dizendo que seu filho [deputado federal Eduardo Bolsonaro] deve permanecer nos EUA, aonde desempenha ‘papel maior’ que voltar pro Congresso

JUSTIÇAS (Brasil)

Alexandre Moraes acredita que a maioria [pelo menos 5] de seus colegas vai concordar com ele sobre a sua decisão de aceitar o IOF [como arrecadatório] do governo, derrubando o decreto do Congresso que derrubou o do Lula

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

**Jornal O DIA S. Paulo**

Administração e Redação

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar - Bela Vista - SP

CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folha Press

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

# Ipea: mais ricos deveriam pagar 14% para igualar à classe média

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentou, na quinta-feira (17), a proposta de um Imposto Global Mínimo de 14% para aqueles que recebem mais de R\$ 50 mil por mês. Com a cobrança, seria possível garantir a isenção do pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Física para as pessoas com renda até R\$ 5 mil por mês.

A alíquota apresentada na Carta de Conjuntura do Ipea é superior à proposta pelo governo no Projeto de Lei (PL) 1087/2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda e está em tramitação no Congresso Nacional.

Para garantir a isenção da parcela da população que recebe menos, a proposta enviada pelo governo ao parlamento define a cobrança de uma alíquota progressiva, de até 10%, para quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano, ou R\$ 50 mil por mês. Apenas 2% dos contribuintes estão nessa situação. A alíquota máxima, de 10%, passará a ser cobrada das pessoas que ganham a partir de R\$ 1,2 milhão por ano, os considerados super ricos, 0,7% dos contribuintes.

Para o Ipea, no entanto, a alíquota cobrada dos mais ricos deve ser maior. No cálculo, o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea Pedro Humberto Carvalho, que assina o estudo, considerou que o valor máximo da tributação efetiva em 2022 foi de 14,1%, percentual pago pelo grupo com renda média mensal de aproximadamente R\$16 mil. Para ele, a alíquota dos mais ricos deve ser semelhante a esta e não inferior.

Além disso, Carvalho defende que essa alíquota deve incidir sobre a renda total, o que inclui dividendos, auxílios, reembolsos, restituições, bônus, prêmios de seguro, entre outras fontes atualmente isentas daqueles com renda superior a R\$ 50 mil por mês.

“A proposta que eu faço difere do PL, porque considera a renda total do contribuinte e não

teria essas exclusões de auxílios, reembolsos, benefícios salariais indiretos, que seriam considerados na base de cálculo”, diz Carvalho.

Contribuições previdenciárias

De acordo com o estudo, uma das inovações da proposta do Ipea é também incorporar as contribuições previdenciárias (CPs) oficiais na tributação global da renda.

“Esse valor de alíquota de 14% seria maior que 10% porque eu considere não só o imposto de renda na carga tributária salarial, da renda, mas também eu considere a contribuição previdenciária, que tem um impacto muito alto em quem ganha pouco. Ela tem um teto previdenciário de R\$ 8 mil, então, quem ganha R\$ 8 mil paga o mesmo de contribuição previdenciária do que quem ganha mais do que isso”, defende.

A carta de conjuntura enfatiza que a previdência brasileira “enfrenta um déficit significativo que deve ser financiando por meio de outras receitas federais, de modo que as contribuições previdenciárias acabam tendo natureza tributária, pois são apenas parcialmente correlacionadas com o valor dos benefícios pagos no futuro. Consequentemente, deixar de considerar as CPs que estão sujeitas a um teto e, portanto, impactam mais os contribuintes mais pobres, é ignorar um fator crucial que contribui para a regressividade da tributação da renda”, diz o texto.

Impactos nos cofres públicos Com essa cobrança de 14%, segundo a Carta de Conjuntura, seria possível gerar até R\$ 145,6 bilhões aos cofres públicos, correspondendo a um aumento de cerca de 40% na arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2024.

A medida aumentaria a atual arrecadação do IRPF de 3,1% para 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, chegando a um nível similar ao de países

como a Polônia, Eslováquia e Uruguai. Ainda assim, ficaria abaixo da média de 8,5% dos países de economias avançadas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Limitações do projeto de lei O Ipea aponta ainda, no estudo, problemas das possíveis mudanças na tributação que o projeto de lei apresentado pelo governo não solucionaria.

“Os mais ricos não vão pagar mais que os mais pobres e tampouco ele [imposto] vai ser proporcional. Os mais ricos vão continuar pagando menos que a classe média. A proposta só vai atenuar essa discrepância. Atualmente, os mais ricos pagam quase nada. É muito pouco. Eles vão pagar 10%, mas a classe média em geral, em média, já paga 14%. Por isso que eu proponho 14%”, defende o pesquisador.

De acordo com o estudo, a tributação dos mais ricos vai requerer atenção a três pontos: um possível incentivo à mudança de domicílio fiscal dos mais ricos;

uma possível supertributação do lucro global da pessoa jurídica (PJ);

e a regressividade horizontal e vertical causada pelas atuais regras de tributação dos fundos de pensão, dos aluguéis e das deduções para despesas médicas.

Sobre a mudança de domicílio fiscal, a preocupação é que a taxaçaõ faça com que os mais ricos migrem as riquezas para países que oferecem incentivo para a residência de milionários. O Ipea propõe, então, uma tributação de saída do ganho de capital ainda não realizado em 25% ou de uma tributação do patrimônio de 3%.

Esse tipo de imposto é cobrado por países da OCDE como Alemanha, Austrália, Áustria, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Israel, Japão, Noruega, Polônia e Suécia. No caso dos Estados Unidos, contribuintes

que alteram sua cidadania estão sujeitos a uma alíquota de 23,8% sobre os ganhos de capital ainda não realizados.

Em relação à tributação de PJs, o estudo diz que “a parcela mais abastada da população tem explorado brechas na legislação e redirecionado sua fonte de renda na forma de rendimentos isentos”.

Para isso, o estudo defende uma tributação mínima aos mais ricos, o que foi defendido pelo Brasil na presidência do G20. “Esta é, de fato, a proposta defendida por este estudo para tributar efetivamente a renda da pessoa física e garantir certa proporcionalidade na tributação no topo da distribuição”, diz o autor.

Despesas médicas Outro ponto destacado é estabelecer um limite para deduções de despesas médicas que, de acordo com a Carta de Conjuntura, representaram um gasto tributário de R\$ 26,7 bilhões em 2024.

Como não há limite de valor, elas beneficiam quem tem renda mais alta: segundo a base de declarações do IRPF de 2022, os 5% de contribuintes mais ricos (renda mensal superior a R\$ 28.296) concentraram 22,4% das deduções para despesas médicas.

A solução apontada por Carvalho seria combinar um crédito tributário fixo e igualitário, ou baseado na idade, para todos os contribuintes e seus dependentes, com deduções limitadas das despesas médicas.

Essa regra também possibilitaria deduzir os gastos com medicamentos. De acordo com o pesquisador, isso beneficiaria “enormemente os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que, apesar de contarem com serviços médicos gratuitos, precisam, às vezes, comprar medicamentos que não são fornecidos gratuitamente”, diz. (Agência Brasil)

## Em resposta a Lula, Casa Branca diz que Trump não é imperador do mundo, mas sim grande líder

A secretária de Imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, rechaçou na quinta-feira (17) a declaração do presidente Lula (PT) de que o presidente americano, Donald Trump, não foi eleito para ser “imperador do mundo”.

“O presidente com certeza não está tentando ser o imperador do mundo. Ele é um presidente forte dos EUA e também o líder do mundo livre. Nós temos visto uma grande mudança pelo mundo devido à liderança do presidente”, afirmou a porta-voz da Casa Branca após ser questionada sobre o tema.

Após pergunta sobre quais seriam os termos disponíveis para uma negociação com o Brasil a respeito da ameaça de sobretaxa de 50% ao país, Leavitt repetiu as ações do governo dos Estados Unidos até aqui. Disse que Trump enviou carta comunicando a taxaçaõ e orientou o USTR, órgão que trata de comércio externo, a abrir investigação na área contra o Brasil.

“Por anos, sabemos que as regulamentações digitais do Brasil e a fraca proteção de propriedade intelectual prejudicaram as empresas de tecnologia e inovação dos EUA”, afirmou Leavitt.

“Sua tolerância ao desmatamento ilegal e outras práticas ambientais coloca os produtores, fabricantes, agricultores e pecuaristas americanos que seguem melhores padrões ambientais em desvantagem competitiva”,

continuou, reiterando motivações da abertura de investigação comercial contra o país.

As declarações foram dadas depois de o presidente Lula (PT) afirmar, em entrevista à CNN Internacional, que ainda não considera a ameaça da sobretaxa de 50% como uma “crise” com o país americano e defendeu que é preciso sentar à mesa e negociar com a gestão Trump.

Ele ressaltou que sempre manteve bom diálogo com outros presidentes americanos e lembrou a relação de 200 anos entre os dois países, algo que ele tem também repetido nos últimos dias.

Lula disse que Trump foi eleito para ser presidente dos Estados Unidos, “e não imperador do mundo”.

O presidente do Brasil rejeitou que divergências ideológicas entre Trump e ele poderão atrapalhar as negociações e que não há o desejo de romper com o país americano, mas, por outro lado, afirmou que o Brasil não quer ser refém dos Estados Unidos.

Em outro momento, disse que o governo quer negociar, mas não aceitará nenhuma imposição. “O Brasil não aceitará nada que lhe for imposto”, disse. Trump, disse ele, precisa respeitar a soberania brasileira.

Lula também mencionou à CNN que o Brics, grupo de países de economia emergente que foi alvo de críticas recentes de Trump, não foi criado para “brigam com nenhum país”. (Folhapress)

## Governo Trump critica 25 de Março, mas pirataria no Brasil predomina em marketplaces na internet

A pirataria foi um dos argumentos do governo americano para investigar supostas práticas comerciais injustas do Brasil. Mas, enquanto o documento do representante comercial de Donald Trump aponta para a rua 25 de Março, autoridades brasileiras indicam que o problema hoje está na internet incluindo em plataformas americanas.

No ano passado, as apreensões da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) em ecommerces, avaliadas em R\$ 24 milhões, superaram as registradas em comércios físicos (R\$ 18 milhões). Um dos sites na mira do regulador brasileiro por não fiscalizar a venda de produtos piratas é o gigante americano Amazon, que já sofreu punições administrativas.

Profissionais da Receita ouvidos pela reportagem relatam que é mais difícil fiscalizar mercadorias ilegais vendidas em marketplaces devido ao esquema de transporte que mistura produtos de diversos vendedores em um só veículo. Além disso, as autoridades realizam a maior parte das apreensões em zonas aduaneiras, indicando que os itens pirateados vêm de fora do país.

Documentos apresentados em conselhos consultivos da agência indicam propaganda de produtos piratas em Google, YouTube e Facebook, que também já foram alvo de medidas contra pirataria da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor).

A Meta diz que não permite o uso de seus produtos para

compartilhar conteúdo que seja ilegal, incluindo a distribuição ou venda de mercadorias falsificadas ou pirateadas. “Removemos tais conteúdos quando tomamos conhecimento deles em nossas plataformas.”

Procurado, o Google não respondeu até a publicação da reportagem.

Para o conselheiro e líder da ação contra a pirataria da Anatel, Alexandre Freire, as plataformas não podem transferir ao consumidor a responsabilidade de identificar se um produto eletrônico é seguro. “Marketplaces têm o dever de coibir a venda de produtos não homologados, que representam riscos sérios à segurança do consumidor e à integridade das redes de telecomunicações.”

A Anatel diz que colabora com o governo para inibir a venda de produtos irregulares. “Temos políticas robustas em vigor para garantir que os produtos oferecidos em nossa loja sejam de alta qualidade e estejam em conformidade com a legislação local.”

No entanto, a big tech contesta a competência do regulador brasileiro para atuar contra a pirataria na internet na Justiça Federal, argumentando que o comércio e a internet ultrapassam as atribuições determinadas pela lei de telecomunicações.

Até agora, as autoridades brasileiras conseguiram vitórias provisórias nos tribunais e a Anatel vem confirmando a sua competência e a responsabilidade

dos marketplaces sobre vendas ilegais, de acordo com a superintendente de fiscalização da agência, Gesiléa Fonseca Teles. Os agravos aguardam julgamento, e uma decisão favorável ao regulador pode levar até ao bloqueio dos sites.

A Anatel identifica anúncios online de produtos não autorizados no país com auxílio de ferramentas de inteligência artificial. As apreensões da agência no ano passado incluíram celulares, carregadores, adaptadores de SmartTV e drones.

Além das apreensões de aparelhos, a Anatel deflagrou 55 operações para tirar do ar sites que transmitem sinal de televisão e acesso a streaming de maneira ilegal. Foram 10.759 IPs identificados e bloqueados, além de 1.666 sites derrubados.

A ABTA (Associação Brasileira de Televisão por Assinatura) apresentou a conselhos da Anatel documentos com anúncios de TV box piratas (adaptadores capazes de transformar uma televisão simples em uma SmartTV) em Amazon, Google Shopping e Facebook.

Ainda segundo o material, links para streamings piratas circulam nas redes sociais e o acesso ilegal ao conteúdo audiovisual online também é mencionado no documento do governo americano.

De acordo com a ABTA, os TV boxes podem ser usados para infectar aparelhos com vírus empregados em fraudes financeiras e no roubo de dados. Por isso, a

associação pede que as plataformas online proíbam anúncios de pirataria na TV, com moderação por meio de palavras-chave, como as marcas e imagens de TV boxes piratas.

A associação também solicita a criação de um canal de denúncias e de uma lista de vendedores reincidentes, para facilitar a remoção de anúncios mediante denúncia.

Por sua vez, a Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), da qual a Motorola e a Apple são membros, apoia o Laboratório de Inovação em Tecnologias Emergentes, uma iniciativa voltada à modernização dos instrumentos e metodologias de fiscalização da agência.

De acordo com a associação, ações coordenadas entre Anatel, Receita Federal, Polícia Federal e Senacon contribuíram para reduzir a participação do mercado irregular de celulares, que havia chegado a 19% em 2023 e atualmente está estimado em 13% do total de aparelhos comercializados no Brasil.

A Abinee defende ainda uma ampliação do escopo de atuação da Anatel, por meio da atualização da Resolução 715, hoje em discussão na agência. A proposta visa ampliar os poderes do regulador de telecomunicações para penalizar todos os participantes da cadeia de comercialização de produtos não autorizados. (Folhapress)

## Lula diz que Brasil tenta negociar há meses com EUA, mas não tem resposta

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez novas críticas ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e afirmou que o Brasil não recebeu resposta dos americanos desde que tentou contato após o primeiro anúncio de taxaçaõ feito pelos EUA.

“Estamos com muita tranquilidade, meu vice-presidente [Geraldo Alckmin] e o Mauro Vieira [ministro das Relações Exteriores] estão negociando há mais de dois meses, desde aquela primeira taxaçaõ. Temos uma equipe de negociação”, disse Lula durante discurso na abertura do 60º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), na UFG (Universidade Federal de Goiás), em Goiânia.

“Não recebemos nenhuma resposta”, afirmou o presidente. “A resposta que nós recebemos foi a matéria publicada no jornal dele, no zap dele, no portal dele. E a carta é o seguinte: ‘Ou dá ou desce. Essa é a lógica da carta.’”

Desde o anúncio da sobretaxa, tanto o presidente quanto a equipe do governo têm reagido de forma contrária à medida. Em entrevistas, Lula tem confrontado as interferências de Trump, incluindo com ameaças de taxaçaõ recíproca.

Segundo integrantes do governo e representantes dos setores da indústria, uma resposta comercial da mesma dimensão daquela imposta por Trump poderia prejudicar ainda mais a economia brasileira.

Além disso, Lula tem criticado diretamente Jair Bolsonaro (PL) -citado na carta do presidente americano como um “perseguido” pela justiça brasileira- e Eduardo Bolsonaro (PL-SP), deputado federal e filho do ex-presidente, que tem apoiado as medidas do americano. Também na quinta-feira, Bol-

sonaro se esquivou de qualquer responsabilidade pela decisão de Trump de sobretaxar o Brasil. O ex-presidente ainda agradeceu a Deus pela eleição do aliado nos EUA e culpou o governo Lula pelo entrave comercial e político com os americanos.

Lula também concedeu entrevista à CNN Internacional, que veiculada nesta quinta. À emissora, Lula afirmou que ainda não considera a ameaça da sobretaxa de 50% como uma “crise” com o país americano e defendeu que é preciso sentar à mesa e negociar com a gestão Trump.

Ele exaltou que sempre manteve bom diálogo com outros presidentes americanos e lembrou a relação de 200 anos entre os dois países, algo que ele tem também repetido nos últimos dias.

Ele disse que Trump foi eleito para ser presidente dos Estados Unidos, “e não imperador do mundo”.

O presidente rejeitou que divergências ideológicas entre Trump e ele poderão atrapalhar as negociações e que não há o desejo de romper com o país americano, mas, por outro lado, afirmou que o Brasil não quer ser refém dos Estados Unidos.

Em outro momento, disse que o governo quer negociar, mas não aceitará nenhuma imposição. “O Brasil não aceitará nada que lhe for imposto”, disse. Trump, disse ele, precisa respeitar a soberania brasileira.

Lula também mencionou à CNN que o Brics, grupo de países de economia emergente que foi alvo de críticas recentes de Trump, não foi criado para “brigam com nenhum país”. (Folhapress)



ALTA MOGIANA AGRO S.A.  
C.N.P.J. 31.937.012/0001-70

Relatório da Diretoria  
Relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Table with financial data for Alta Mogiana Agro S.A. including Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024, Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, and Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024.

Table showing Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, detailing changes in equity components like capital social, reservas, and lucros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). I. Contexto operacional A Alta Mogiana Agro S.A. ("Companhia"), foi constituída em 23/10/2018, com sede em São Joaquim da Barra/SP, e tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana-de-açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola substancialmente com a parte relacionada Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Alcool. 5. Uso de estimativas e julgamentos Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

ALTO ALEGRE AGRO S.A.  
CNPJ: 32.075.683/0001-32

Relatório da Diretoria  
Relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Table with financial data for Alto Alegre Agro S.A. including Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024, Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, and Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024.

Table showing Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, detailing changes in equity components like capital social, reservas, and lucros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). I. Contexto operacional A Alto Alegre Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. 5. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. a. Capital social As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. b. Propriedades para investimento A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

CENTRAL ENERGÉTICA ALTA MOGIANA S.A.  
C.N.P.J. 36.328.479/0001-37

Relatório da Diretoria  
Relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Table with financial data for Central Energética Alta Mogiana S.A. including Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024, Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, and Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024.

Table showing Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, detailing changes in equity components like capital social, reservas, and lucros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). I. Contexto operacional A Central Energética Alta Mogiana S.A. ("Companhia"), foi constituída em 21/01/2020, com sede em São Joaquim da Barra/SP. A Companhia produz energia elétrica por meio de usinas termoeletricas próprias. 5. Uso de estimativas e julgamentos Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma prospectiva. (i) Imobilizado O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. 6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas principais políticas contábeis As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. a. Capital social Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. b. Lucro líquido O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos detentores de capital próprio da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. c. Estoques Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisões em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. d. Reconhecimento de receita A receita proveniente da venda da cogeração de energia (nota explicativa nº 16) é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas específicas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. Devido ao fluxo de faturamento de determinados contratos, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes. e. Contas a receber de clientes As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia elétrica, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, bem como os recebíveis de vendas "spot". Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. Caso contrário são apresentadas no ativo não circulante. f. Ativo

CERRADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ/MF Nº 11.196.718/0001-11 - NIRE 35.300.372.603  
ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2025

1. Data, Hora e Local da Reunião: Realizada aos 27/06/2025, às 08h00min, na sede social da Cerradinho Participações S.A., localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 110, 7º andar, conjuntos 71 e 72, Condomínio Edifício J. K. Tower, Itaim Bibi, CEP 04542-000 ("Cia."). 2. Convocação e Presença: Face à presença da totalidade dos membros da Diretoria da Cia., foram dispensadas as formalidades de convocação. 3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luciano Sanches Fernandes e secretariados pela Sra. Marina Penarol Promencia Canossa. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras auditadas pela PWC - Price Waterhouse Coopers Auditores, relativas ao período societário findo em 31/03/2025, e que deverão ser posteriormente submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Cia. 5. Deliberações: Instalada a reunião, após a discussão das matérias, os Diretores, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, resolveram aprovar as demonstrações financeiras auditadas pela PWC - Price Waterhouse Coopers Auditores, relativas ao período societário findo em 31/03/2025, e que deverão ser posteriormente submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Cia. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme e aprovada pelos presentes, foi assinada pelo Presidente - Luciano Sanches Fernandes e pela Secretária - Marina Penarol Promencia Canossa. Diretores Presentes: Luciano Sanches Fernandes, Andréa Sanches Fernandes, João Fernandes Dias e Silmara Sanches Fernandes. Essa é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio, assinada pelo Presidente e pela Secretária, a ser registrada na JUCESP. São Paulo, 27/06/2025. Juceps nº 225.860/25-9 em sessão de 14/07/2025. Alizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

CERRADINHO PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ/MF Nº 11.196.718/0001-11 - NIRE 35.300.372.603  
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2025

1. Data, Hora e Local da Reunião: Realizada aos 27/06/2025, às 09h00min, na sede social da Cerradinho Participações S.A., localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 110, 7º andar, conjuntos 71 e 72, Condomínio Edifício J. K. Tower, Itaim Bibi, CEP 04542-000 ("Cia."). 2. Convocação e Presença: Face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia., foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 15, §2º do Estatuto Social da Cia. e, instalada em 11ª convocação com a presença da totalidade dos seus membros em estatuto social, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social consolidado da Cia. 3. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luciano Sanches Fernandes e secretariados pela Sra. Marina Penarol Promencia Canossa. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras auditadas pela PWC - Price Waterhouse Coopers Auditores, relativas ao período societário findo em 31/03/2025, e que deverão ser posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária da Cia. 5. Deliberações: Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, pela aprovação das demonstrações financeiras auditadas pela PWC - Price Waterhouse Coopers Auditores, relativas ao período societário findo em 31/03/2025, e que deverão ser posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária da Cia. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme e aprovada pelos presentes, foi assinada pelo Presidente - Luciano Sanches Fernandes e pela Secretária - Marina Penarol Promencia Canossa. Conselheiros Presentes: Luciano Sanches Fernandes, Andréa Sanches Fernandes, Silmara Sanches Fernandes, Tullio Soubeira Ribeiro; e Eduardo Bunker Gerai. Essa é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio, assinada pelo Presidente e pela Secretária, a ser registrada na JUCESP. São Paulo, 27/06/2025. Juceps nº 225.861/25-2 em sessão de 14/07/2025. Alizio E. Soares Junior - Secretário Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1125724-51.2024.8.26.0100 (OJA MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Civil, do Foro Central Civil, Estado de São Paulo, Dr(a). Sang Duk Kim, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DIGNO(S) SYSTEM S.A.C. E PERSIANAS, CNPJ 24624096000150, que eu lhe proponho uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Fábio Pires da Costa e outro, observando-se que a demanda decorre de uma declaração de resolução de contrato, e devolução imediata dos valores pagos, atualizados e acrescidos de multa contratual, no importe de R\$ 7.200,00, condicionada à não a pagar R\$ 5.200,00 por danos materiais, e R\$ 10.000,00 em danos morais, condicionando ainda ao pagamento de honorários advocatícios. Encarando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de junho de 2025. 11718

EDITAL DE CITAÇÃO - Processo Digital nº: 1018257-24.2021.8.26.0001. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civil - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo - Santana. Requerido: Monica Garrido Lucas e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018257-24.2021.8.26.0001 (OJA MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Civil, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MONICA GARRIDO LUCAS, Brasileira, Casada, Oficiala de Cartório, RG 2.109.847, CPF 71467831700, com endereço à Estrada do Pico, 2539, MINERADORA, Parque Meia Lua, CEP 12335-480, Jacareí - SP e ESPOLIO DE RAFAEL GARRIDO, Brasileiro, CPF 154.899.148-15, com endereço à Rua Plínio Flores, 278, AP 1305, Lauzane Paulista, CEP 02435-030, São Paulo - SP que eu lhe proponho uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Hospital São Camilo - Santana. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de junho de 2025.



## LINCOLN JUNQUEIRA AGRO S.A.

CNPJ 33.087.360/0001-69  
Relatório da Diretoria

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Ss., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. A Diretoria.

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 18/07/2025 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)		Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	
2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Ativo</b>		<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>		<b>Lucro líquido do exercício</b>	
Caixa e equivalente de caixa	62	Tributos a recolher	31	Ajustes para reconciliar o lucro do exercício	
Aplicações financeiras	2.749	Imposto de renda e contribuição Social a pagar	67	depreciação pelas atividades operacionais:	
Contas a receber de partes relacionadas	4.964	Dividendos propostos a pagar	3.504	geração e amortização	28
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>7.775</b>	Contas a pagar de partes relacionadas	1.056	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)
<b>Não Circulante</b>		<b>Total do passivo circulante</b>	<b>4.658</b>	<b>Varição nos ativos operacionais:</b>	
Outras contas a receber	55	<b>Patrimônio líquido</b>		Contas a receber de partes relacionadas	(689)
Propriedades para investimento	152.861	Capital social	63.206	Outras contas a receber	(17)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>152.916</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	19.444	<b>Varição nos passivos operacionais:</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>160.691</b>	Reservas de lucros	57.320	Imposto de renda e contribuição Social a pagar	1.395
		<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>139.970</b>	Tributos a recolher	7
		<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>160.636</b>	Contas a pagar de partes relacionadas	780
				Pagamento de imposto de renda e contribuição social	16.255
				<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(1.358)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	
				Aplicações financeiras	(16.015)
				Resgate de aplicações financeiras	34.664
				Aplicação de recursos em -	
				Adquirição de ativos de investimentos	(29.891)
				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(11.242)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	
				Dividendos pagos	(3.694)
				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3.694)</b>
				<b>Redução (aumento) do saldo de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(41)</b>
				<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>103</b>
				<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>62</b>

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)	
2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>14.754</b>	<b>Capital social</b>	<b>63.206</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>14.754</b>	<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>19.444</b>
		<b>Reserva legal</b>	<b>1.999</b>
		<b>Reservas de lucros</b>	<b>57.320</b>
		<b>Lucros acumulados</b>	<b>113.213</b>
		<b>Total</b>	<b>139.970</b>
		<b>Capital social</b>	<b>63.206</b>
		<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>	<b>19.444</b>
		<b>Reserva legal</b>	<b>1.999</b>
		<b>Reservas de lucros</b>	<b>57.320</b>
		<b>Lucros acumulados</b>	<b>113.213</b>
		<b>Total</b>	<b>139.970</b>

**1. Contexto operacional** A Lincoln Junqueira Agro S.A. ("Companhia"), sediada em Caiabá/SP, tem como atividade preponderante a exploração agrícola de lavouras de cana de açúcar, mediante participação em contratos de parceria agrícola em sua totalidade com a parte relacionada Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool. **5. Políticas contábeis materiais** Mudanças nas políticas contábeis As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Capital social** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferências. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **b. Propriedade para investimento** A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **c. Outros ativos circulantes e não circulantes** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, ajustes a valor presente, rendimentos, variações cambiais e monetárias auferidas e provisões para perdas na realização desses ativos que são constituídas com base na análise das expectativas de sua efetiva realização. **d. Parceria agrícola** Quando a Companhia atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Companhia faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2). A Companhia realiza contrato de parceria agrícola com suas propriedades para investimento. A Companhia não é requerido fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para contratos nos quais atua como parceiro outorgante. **c. Reconhecimento da receita** A receita é mensurada pelo valor justo que a contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) há outra transferência ao comprador do controle relacionado à propriedade do produto; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os benefícios econômicos associados à transação fluirão à Companhia; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas. **d. Receita é oriunda dos contratos de parceria agrícola vinculadas às propriedades para investimento mencionadas na nota 5.** e é reconhecida como receita quando ocorre a venda da cota parte do produto fruto da parceria agrícola. **f. Imposto de renda e contribuição social** A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumida é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta, sobre as quais se aplicam as alíquotas re-

**RUMO MALHA PAULISTA S.A.**  
CNPJ/MF sob nº 02.502.844/0001-66 - NIRE nº 35.300.155.181 - Companhia Aberta Categoria "B"  
**Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19.02.2025**  
**Data, Hora e Local:** Realizada em 19.02.2025, às 16h, realizada por meio de conferência telefônica. **Mesa:** Cristiano Carvalho Brasil, Presidente; Nicolas de Castro, Secretário. **Presenças:** A totalidade dos conselheiros da Companhia. **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a eleição de Valter Pedro Barreto Junior para o cargo de Diretor Jurídico, Compliance e Sociobanal. **Deliberações:** Versão integral do ato societário disponível para acesso público no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76, na edição do mesmo dia desta publicação. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 19.02.2025, Nicolas de Castro, OAB/PR 110.999, Secretário e Advogado. **JUCESP:** Certifico o registro em 10.03.2025 sob nº 89.601/25-7. Protocolo 0.569.101/25-6. Aloizio E. Soares Junior, Secretário-Geral.

**RUMO MALHA PAULISTA S.A.**  
CNPJ/MF sob nº 02.502.844/0001-66 - NIRE nº 35.300.155.181 - Companhia Aberta Categoria "B"  
**Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15.04.2025**  
**Local, Data e Hora:** Realizada em 15.04.2025 às 9h, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.100, São Paulo/SP. **Mesa:** Cristiano Carvalho Brasil, Presidente; Nicolas de Castro, Secretário. **Presenças:** Os Conselheiros da Companhia; **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) a aprovação o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2024 e o parecer dos auditores independentes e a proposta de destinação do lucro líquido; (ii) a proposta de remuneração da Administração para 2025; e (iii) a convocação da Assembleia Geral Ordinária. **Deliberações:** Versão integral do ato societário disponível para acesso público no endereço eletrônico: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>, nos termos do art. 289 da Lei nº 6.404/76, na edição do mesmo dia desta publicação. **Encerramento:** Nada mais. 15.04.25, São Paulo/SP, Nicolas de Castro, OAB/PR 110.999, Secretário e Advogado. **JUCESP:** Certifico o registro sob nº 1.127.897/25-1 em 25.04.25. Protocolo nº SPJ2500119519. Aloizio Epifanio Soares Junior, Secretário-Geral.

## BULLA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

(em constituição) - CNPJ nº 58.513.168/0001-80 - NIRE 35.300.653.785  
**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024**  
**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 30 de agosto de 2024, às 10h00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo nº 1.350, 12º andar, Salas 121 a 126, Av. Branco, CEP 05001-100, sede social do Bulla Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** dispensada a convocação via imprensa em razão da presença de acionistas proprietários da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. **3. MESA:** A Assembleia foi presidida pelo Diretor Presidente da Companhia, Sr. Flávio Silva de Guimarães Souto. **4. ORDENEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre: (i) a alteração da sede da Companhia; (ii) a ratificação do ato de 22 de setembro de 2021 ("AGC"), atualizando na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Francisco Matarazzo nº 1.350, 12º andar, Salas 121 a 126, Av. Branco, CEP 05001-100, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças nº 2516, 6º andar, parte, Pinheiros, CEP 05042-000. Tendo em vista esta alteração, o Artigo 2º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro jurídico na Avenida Rebouças, nº 2516, 6º andar, parte, Pinheiros, CEP 05042-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, S.E. O Estatuto Social anexo à AGC não constitui, por um lapso, no artigo 18, as huncjuncto a serem exercidas pelos Diretores Vice-Presidentes da Companhia. Em vista disso, os Acionistas resolvem ratificar o artigo 18 do Estatuto Social para incluir as seguintes alterações: (a) substituir o termo "Diretores Vice-Presidentes" por "Diretores Presidente e Diretor Presidente"; (b) convocar, instalar e presidir reuniões de Diretoria em sua ausência; (c) convocar, instalar e presidir reuniões de Diretoria na ausência do Diretor Presidente, e (c) designar os responsáveis pelos segmentos ou comitês especializados de sua área de atuação. Como resultado, o artigo 18 do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: **Artigo 18.** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, até 3 (três) Diretores Vice-Presidentes e os demais como Diretores sem designação específica. **Parágrafo 1º** O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º** A investidura no cargo de Diretor se dará mediante assinatura de termo de posse lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. Os Diretores eleitos deverão permanecer no exercício de seus respectivos cargos até a posse dos seus substitutos. **Parágrafo 3º** Em caso de vacância de um dos cargos da Diretoria Executiva, deverá o Conselho de Administração designar um substituto provisório dentre os membros da Diretoria Executiva. **Parágrafo 4º** Compete ao Conselho de Administração: (a) deliberar sobre o provimento definitivo do cargo. O substituto eleito exercerá o cargo até o término do mandato do substituído. Caso a Diretoria Executiva fique reduzida a menos de 2 (dois) membros, o Conselho de Administração deverá, tempestivamente, eleger 1 (um) substituto, que servirá até o término do mandato do substituído. **Parágrafo 4º** Compete ao Diretor Presidente: (a) manter a permanente coordenação entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração; e (b) supervisionar e orientar as atividades dos demais Diretores. **Parágrafo 5º** Compete aos Diretores Vice-Presidentes: (a) auxiliar o Diretor Presidente na administração da Companhia; (b) convocar, instalar e presidir reuniões de Diretoria em sua ausência; (c) designar os responsáveis pelos segmentos ou comitês especializados de sua área de atuação. **5.3.** Os Acionistas da Companhia aprovaram a reeleição dos seguintes indivíduos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a posse dos membros que venham a ser eleitos na assembleia geral ordinária da Companhia a ser realizada no ano de 2027: (a) o Sr. MARCELO BALAN, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.392.000-5 e inscrito no CPF/MF sob nº 073.086.416-99, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monte Alegre, nº 1240, apto. 11, Pinheiros, CEP 05014-001, ocupando a posição de Diretor Presidente e o Conselho do Conselho de Administração; (b) o Sr. FLÁVIO SILVA DE GUIMARÃES SOUTO, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº MG 7.358.679-9 e inscrito no CPF/MF sob nº 032.257.196-71, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Paulo Antigo, nº 145, apt. 151, P. Real Parque, CEP 05684-010, ocupando a posição de Vice-Presidente e o Conselho de Administração; e (c) o Sr. JOÃO GERMARDO JUNIOR, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 58441058, inscrito no CPF/MF sob nº 174.607-4, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Rebouças, nº 2516, 6º andar, parte, Pinheiros, CEP 05042-000, ocupando a posição de Conselho do Conselho de Administração. **5.4.** Os Acionistas ratificam todas as demais deliberações da AGC não alteradas nesta ocasião. **5.5.** Em razão da deliberação acima, aprovou a consolidação do Estatuto Social, que passará a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do Anexo I. **6. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA.** Nada mais havendo a ser tratado, deu-se a presente a quem deseja azaço, e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e o tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após a reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. São Paulo, 30 de agosto de 2024. **Mesa:** MARCELO BALAN - Presidente, FLÁVIO SILVA DE GUIMARÃES SOUTO - Secretário, Acionistas Subscritores: BULLA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. - Nome: João Gerardo Matta da J. Junior - Cargo: Diretor Vice-Presidente - CPF: 708.743.607-49, Nome: Izabella Argente Cadier - Cargo: Diretora - CPF: 989.301.176-00, MARCELO BALAN, JUCESP nº 57.510/25-8 em 20/02/2025.

## PRO INOVAÇÃO EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF 23.050.994/0001-56 - NIRE 35.300.488.555  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Maio de 2025**  
**Data, Hora e Local:** Em 22/05/2025, às 17h, na sede social da Pro Inovação Empreendimentos S.A. ("Companhia"), com sede no Município de Santana de Parnaíba, SP, Av. Constran, 132, Parte, Vila Industrial, CEP 05616-300. **Presença:** Presente o acionista representando a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: **Fundo de Investimento em Participações Prosperidade Multiestratégia**, CNPJ nº 23.109.725/0001-8, administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ nº 59.281.253/0001-23, com sede na Praia de Botafogo, 501, Torre Corcovado, 5º andar, Paralelo Botafogo, RJ, CEP 22250-040, doravante designado "**FUNDO**". **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença do acionista representante da totalidade do capital social da Sociedade titular de 100% das ações da sociedade. **Mesa:** Presidente: **Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel**; Secretário: **Humberto Jorge Coelho de Gouveia**. **Ordem do dia:** a) Redução de capital da Sociedade por ser excessivo em relação ao objeto social, e em caso de aprovação, a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e, b) Autorização para a Diretoria praticar todos os atos necessários para cumprimento da deliberação acima, se aprovada. **Deliberações:** Assumindo os trabalhos a Sr. Presidente deu por instalada a Assembleia Geral, independente de outras formalidades, face ao atendimento pela Lei 6.404/76. Prosseguindo a Sr. Presidente distribuiu cópias da matéria constante na pauta do dia, a qual já era de conhecimento de todos os presentes, colando-a em discussão e votação sendo aprovado pelo seguinte: **Passando ao item "a" do ordem do dia:** (i) a fim de adequar o valor do capital social por ser excessivo em relação ao objeto social, foi aprovada a redução do capital social da Sociedade no montante de R\$ 23.000.000,00, ficando o capital social da Companhia reduzido conforme segue: **valor atual do capital social:** R\$ 61.000.000,00; **valor da redução do capital social:** R\$ 23.000.000,00; **valor atual do capital social:** R\$ 38.000.000,00, com o consequente cancelamento de 23.000.000,00 de ações ordinárias; (ii) Em decorrência do ora deliberado, foi alterado o Artigo 5º do Estatuto Social em anexo, consolidado (**Anexo I**), que passa a ter a seguinte redação: **"Artigo 5º - O capital social da Sociedade é de R\$ 38.000.000,00, dividido em 38.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas, sendo a propriedade das ações comprovada pelo inscrição do nome dos acionistas no livro de "Registro de Ações Nominativas". Passando ao item "b" do ordem do dia:** o acionista da Companhia autoriza a sua diretoria a praticar todos os atos necessários para cumprimento da deliberação acima, bem como aprova o novo Estatuto Social cuja minuta segue em **Anexo I**, e Quadro de Acionistas, **Anexo II** à presente Ata. Assinam: **Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel**, Presidente da Mesa e, **Humberto Jorge Coelho de Gouveia**, Secretário da Mesa; **Presentes:** **Fundo de Investimento em Participações Prosperidade Multiestratégia**, por seus procuradores. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pelos presentes, assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa. - Confere com o original lavrado no livro próprio. **Maria Auxiliadora de Assis Franco Gribel** - Presidente da Mesa; **Humberto Jorge Coelho de Gouveia** - Secretário da Mesa. **Visto do Advogado:** **Marly Duarte Penna Lima Rodrigues** - OAB/SP nº 148.712-3.

## TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº: 26.609.050/0001-64 - NIRE: 35.300.498.119  
**EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 91ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")**  
Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 91ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 91ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da TraveSSia Securitizadora S.A. ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), em segunda convocação no dia 24 de julho de 2025, às 10:00h, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) A aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website ([www.grupotravessia.com](http://www.grupotravessia.com)); e (ii) A aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website ([www.grupotravessia.com](http://www.grupotravessia.com)). As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido no Termo de Securitização, salvo se conceituado de forma diversa no presente Edital. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àquelas que enviarem solicitação por correio eletrônico para [ri@grupotravessia.com](mailto:ri@grupotravessia.com), [juridico@grupotravessia.com](mailto:juridico@grupotravessia.com), [man@vortex.com.br](mailto:man@vortex.com.br), [az@vortex.com.br](mailto:az@vortex.com.br), [agf@vortex.com.br](mailto:agf@vortex.com.br), com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Titulares de CRI deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Titulares de CRI presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Titulares de CRI presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e ii) Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. São Paulo, 16 de julho de 2025.  
**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**  
Nome: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Cargo: Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores  
Nome: Thais de Castro Monteiro - Cargo: Diretora de Compliance

## TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35300554035  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 12ª (DÉCIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERTÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUOTAFIÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIAS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO AUTOMÁTICO PARA AS DEBÊNTURAS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA DA 2ª (SEGUNDA) E DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS ("EMISSORA").**  
Ficam convocados os Srs. Titulares da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quotafiária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob as Debênturas da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debênturas da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da TraveSSia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Debenturistas" e "Debentures", respectivamente), nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quotafiária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob o Rito Automático para as Debênturas da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debênturas da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da TraveSSia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Emissão de Emissão"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a realizar-se no dia 07 de agosto de 2025, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma "Google Meet", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) aprovar ou não a Conta Centralizadora da Emissão passará a ser chamada de Conta de Conciliação e inclusão de nova Conta Centralizadora e a consequente alteração da Cláusula Terceira da Escritura de Emissão para incluir (a) os dados bancários da nova Conta centralizadora; e (b) a inclusão e definição da Conta de Conciliação. Todos os valores referentes a recebimentos conciliados com pagamentos dos Direitos Creditórios, atuais e futuros, depositados em conta corrente, serão transferidos para a Conta de Conciliação; (ii) aprovar ou não a abertura de conta no Banco do Brasil para ser utilizada para recebimentos de eventuais depósitos judiciais, e caso aprovado, consequente inclusão e definição da Conta de Depósitos Judiciais na Escritura de Emissão, de forma a facilitar a conciliação dos respectivos valores, que serão enviados para a Conta Centralizadora para seguir a Ordem de Alocação de Recursos; (iii) aprovar ou não a contratação dos seguintes prestadores de serviço no âmbito da Emissão, com o consequente pagamento das despesas adicionais relacionadas às referidas contratações pelo Patrimônio Separado da Emissão, quais sejam: (a) E-yon; 12.977.432/0001-36, Gestão de Processos Judiciais; (b) Serasa, CNPJ nº 02.173.620/0001-80, para Cobrança e Negativação de Clientes Indeados; (c) Boa vista, CNPJ nº 11.725.176/0005-50 para Cobrança e Negativação de Clientes Indeados; (d) Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor (IPROCON), CNPJ nº 06.876.117/0001-71, para Proteção ao processo de Cobrança e (e) S&P Global Rating Brasil, CNPJ nº 295.585/0001-40, para Rating das Debêntures; (iii) conforme tabela consolidada de prestadores de serviço da Emissão no Anexo I do Material de Apoio deste Edital de Convocação; (iv) aprovar ou não a dispensa para a contratação do Agente Administrativo para efetuar a Verificação do Lastro de acordo com a Cláusula 3.15.3.1, a qual vez que referida verificação será realizada pela Emissora após o recebimento de toda documentação necessária a ser enviada pela Omi; (v) aprovar ou não a inclusão do seguinte fator de risco referente à boletagem da operação estar sendo realizada operacionalmente pela Omi, como Agente de Cobrança da Emissão, na Conta Centralizadora; "Risco de Execução de Boletagem por Terceiros. A estrutura operacional da Emissão envolve a prestação de boletagem bancária pelo Agente de Cobrança. Eventuais falhas operacionais, técnicas, de implementação ou falha na realização desse serviço pelo Agente de Cobrança, podem ocasionar em perda de parte substancial do investimento por parte dos Debenturistas;" (vi) aprovar ou não alteração do Anexo I da Escritura de Emissão, para alteração da definição de "Índice de Recupera" constante do Item 98, que passará a vigor conforme o Anexo I do Material de Apoio deste Edital de Convocação; (vii) aprovar ou não alteração do Anexo II da Escritura de Emissão, para alteração da regra de Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), que passará a vigor conforme o Anexo III do Material de Apoio deste Edital de Convocação; (viii) caso aprovadas as deliberações acima, aprovação ou não para a Emissora e o Agente Fiduciário celebrarem o Quarto Aditamento à Escritura de Emissão, além de tomar todas as providências necessárias para efetivação das demais ordens do dia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma <https://meet.google.com>, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Debenturistas, previamente à realização da Assembleia, àquelas que enviarem solicitação por correio eletrônico para [ri@grupotravessia.com](mailto:ri@grupotravessia.com), [gestao@grupotravessia.com](mailto:gestao@grupotravessia.com), [juridico@grupotravessia.com](mailto:juridico@grupotravessia.com), [man@vortex.com.br](mailto:man@vortex.com.br), [az@vortex.com.br](mailto:az@vortex.com.br), [agf@vortex.com.br](mailto:agf@vortex.com.br), com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos documentos de representação. Os Debenturistas deverão acessar o link de acesso a reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente de mesa e o secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": i) Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade



**USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL**

CNPJ nº 53.009.825/0001-33

Relatório da Diretoria

São Joaquim da Barra, 04 de julho de 2025

Aviso

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas. A Diretoria.

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 18/07/2025 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
2025		2024		2025		2024		2025		2024		2025		2024			
<b>Ativo</b>																	
<b>Circulante</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa		468.107		982.054		76.387		117.950		2.386.840		2.404.526		543.309		649.830	
Aplicações financeiras		3.051		7.601		38.036		155.905		(1.450.972)		(1.330.757)		-		-	
Contas a receber de clientes		203.599		224.399		270.075		230.805		(1.140.291)		(1.330.757)		-		-	
Estoque		265.515		275.075		18.811		9.937		684.577		1.012.006		-		-	
Adiantamentos a fornecedores		39.098		40.842		-		-		(135.282)		(130.224)		-		-	
Ativo biológico		98.615		206.005		42.512		5.899		(69.562)		(88.840)		-		-	
Impostos a recuperar		19.690		42.500		-		-		(83.700)		(77.683)		-		-	
Instrumentos financeiros derivativos		64.392		39.700		169.036		194.467		17.650		36.199		-		-	
Outras contas a receber		13.892		15.465		1.954		1.833		549.295		881.682		-		-	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.175.876</b>		<b>1.833.342</b>		<b>636.736</b>		<b>798.217</b>		<b>684.577</b>		<b>1.012.006</b>		<b>232.295</b>		<b>196.557</b>	
<b>Não Circulante</b>																	
Depósitos judiciais		6.463		6.670		-		-		(225.483)		(388.796)		-		-	
Adiantamentos a fornecedores		11.336		11.848		288.237		266.381		357.468		464.260		-		-	
Impostos a recuperar		16.198		15.894		46.823		49.823		(47.723)		8.842		-		-	
Outros investimentos		2.550		2.550		-		-		84.262		84.306		-		-	
Outras contas a receber		277		262		-		-		(633.557)		965.988		-		-	
Imobilizado		37.824		37.224		1.222.897		1.328.749		(122.620)		(298.164)		-		-	
Intangível		1.954.788		1.495.856		1.859.633		2.126.963		32.372		(17.994)		-		-	
Direito de uso		1.107.887		937.438		-		-		543.309		649.830		-		-	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.069.394</b>		<b>2.440.115</b>		<b>2.422.461</b>		<b>2.183.618</b>		<b>35.32</b>		<b>42.24</b>		<b>(1.440)</b>		<b>(15)</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>4.245.270</b>		<b>4.273.457</b>		<b>2.422.461</b>		<b>2.183.618</b>		<b>684.577</b>		<b>1.012.006</b>		<b>232.295</b>		<b>196.557</b>	
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>																	
<b>Circulante</b>																	
Fornecedores		76.387		117.950		-		-		-		-		-		-	
Empréstimos e financiamentos		38.036		155.905		-		-		-		-		-		-	
Parceria agrícola a pagar		270.075		230.805		-		-		-		-		-		-	
Salários e encargos sociais		18.811		9.937		-		-		-		-		-		-	
Tributos a recolher		42.512		5.899		-		-		-		-		-		-	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		5.899		-		-		-		-		-		-		-	
Adiantamentos de clientes		20.202		8.023		-		-		-		-		-		-	
Instrumentos financeiros derivativos		169.036		194.467		-		-		-		-		-		-	
Dividendos propostos a pagar		1.954		1.833		-		-		-		-		-		-	
Outras contas a pagar		1.954		1.833		-		-		-		-		-		-	
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>636.736</b>		<b>798.217</b>		<b>636.736</b>		<b>798.217</b>		<b>636.736</b>		<b>798.217</b>		<b>636.736</b>		<b>798.217</b>	
<b>Não Circulante</b>																	
Empréstimos e financiamentos		288.237		266.381		-		-		-		-		-		-	
Parceria agrícola a pagar		604.852		570.552		-		-		-		-		-		-	
Salários e encargos sociais		46.823		49.823		-		-		-		-		-		-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		283.403		315.775		-		-		-		-		-		-	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.222.897		1.328.749		-		-		-		-		-		-	
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.859.633</b>		<b>2.126.963</b>		<b>1.859.633</b>		<b>2.126.963</b>		<b>1.859.633</b>		<b>2.126.963</b>		<b>1.859.633</b>		<b>2.126.963</b>	
<b>Total do passivo</b>																	
<b>Patrimônio líquido</b>																	
Capital social		1.020.000		760.000		-		-		-		-		-		-	
Ajuste de avaliação patrimonial		3.376		4.070		-		-		-		-		-		-	
Reservas de lucros		1.399.185		1.419.548		-		-		-		-		-		-	
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.422.461</b>		<b>2.183.618</b>		<b>2.422.461</b>		<b>2.183.618</b>		<b>2.422.461</b>		<b>2.183.618</b>		<b>2.422.461</b>		<b>2.183.618</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>4.245.270</b>		<b>4.273.457</b>		<b>4.245.270</b>		<b>4.273.457</b>		<b>4.245.270</b>		<b>4.273.457</b>		<b>4.245.270</b>		<b>4.273.457</b>	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	2025	2024
		Reserva	Lucros	Reserva	Lucros				
Saldo em 31 de março de 2023	610.000	4.899	120.038	919.819	-	1.654.756	-	-	-
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	113.499	-	113.499	-	-	-
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(80.000)	-	(80.000)	-	-	-
Aumento de capital com reservas	150.000	-	-	(150.000)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	(829)	-	829	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	649.830	649.830	-	-	-
Despesas	-	-	-	-	(31.962)	(31.962)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	463.401	(154.467)	(154.467)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(463.401)	(463.401)	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	760.000	4.070	152.000	1.724.000	-	2.183.618	-	-	-
Reversão de dividendos propostos	-	-	-	64.570	-	64.570	-	-	-
Distribuição de dividendos complementares	-	-	-	(240.000)	-	(240.000)	-	-	-
Aumento de capital com reservas	260.000	-	-	(260.000)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	(794)	-	794	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	543.309	543.309	-	-	-
Despesas	-	-	-	27.165	(27.165)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	387.108	(387.108)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(387.108)	(387.108)	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros	1.020.000	3.276	179.165	1.320.020	-	2.422.461	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	1.020.000	3.276	179.165	1.320.020	-	2.422.461	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional** A Usina Alta Mogiana S.A. - Açúcar e Alcool ("Companhia"), sediada em São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 31/03/2025, aproximadamente 70% da cana-de-açúcar processada pela Companhia foram cultivados em terras de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. A Companhia tem capacidade de produzir e processar aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 वर्षes para maturação. O período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais de mercado. Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Companhia, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a produção de açúcar, etanol e outros produtos, podendo afetar as receitas, custos e valor dos ativos biológicos. Os canaviais da Companhia, nesse exercício, sofreram impactos de variações climáticas, especialmente quanto à incidência generalizada e seca prolongada, que refletiram negativamente no cálculo do valor justo de seus ativos biológicos. Aproximadamente 14 mil hectares de cana-de-açúcar da Companhia foram atingidos por incêndios, sendo necessários investimentos complementares em tratamentos no montante aproximado de R\$ 38.000 para preservar a produtividade das safras seguintes. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 19/04 e termina em 31/03/2025 de cada ano. **Aquisição seguida de Incorporação** Em 16/03/2025, por intermédio de um acordo de compra e venda datado de 18/11/2024, a Companhia adquiriu da Raizen Energia S.A., mediante Cessão e Transferência de Quotas, a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade de sua titularidade denominada "Raizen Califormia Agrícola Ltda.", cujo ato const registrado na 2ª alteração do contrato social dessa Sociedade e através do qual, também foi alterada a denominação social da Sociedade para "Alta Mogiana Califormia Agrícola Ltda.". Em 28/02/2025, mediante 34ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ("AGE"), foi aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação ("Protocolo de Incorporação") do Patrimônio Líquido da "Alta Mogiana Califormia Agrícola Ltda.". A Alta Mogiana Califormia Agrícola Ltda. é uma Sociedade cuja totalidade das quotas são detidas pela Companhia. Abaixo demonstramos o balanço patrimonial da companhia incorporada, e os impactos da alocação do preço pago na Companhia incorporadora em 28/02/2025: **Balanço patrimonial da companhia incorporada Alta Mogiana Califormia Agrícola Ltda. (anteriormente denominada Raizen Califormia Agrícola Ltda.)** (Em milhares de reais)

31 de março de 2025		31 de março de 2024	
Ativo	(Não auditado)	Passivo	(Não auditado)
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Caixa	10	Passivo de Arrendamento	30.470
Ativos biológicos	39.620		
	<b>39.639</b>		<b>30.470</b>
<b>Não circulante</b>		<b>Não circulante</b>	
Imobilizado	45.601	Passivo de Arrendamento	110.822
Direito de Uso	111.044		
	<b>156.645</b>		<b>110.822</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>141.292</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>Capital social</b>	54.992
			54.992
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>196.284</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>196.284</b>		
<b>B. Alocação do preço pago</b>		<b>fevereiro-25</b>	
Preço à vista	383.971		
% adquirido	100%		
<b>Preço pago na aquisição</b>	<b>383.971</b>		
<b>Preço pago adiado</b>			
Ativo Biológico	115.166		
Patrimônio Líquido	196.312		
Contratos (Direito de Uso)	272.493		
<b>Alcool</b>	<b>3.101</b>		

**S. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas não reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** - Passivo de parceria agrícola e direito de uso. A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 21** - Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, civis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 27** - Instrumentos financeiros: A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 14** - Ativo biológico: Representa o valor presente dos fluxos de caixa de longo prazo estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade estimada dessas canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canal (tratos culturais), custo da terra, (v) custos (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 17** - Direito de uso, Parceria agrícola a pagar e Arrendamento agrícola a pagar; Taxa de desconto e Nota explicativa nº 22 - Imposto de renda e contribuição social. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSSL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças

2025		2024	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>543.309</b>	<b>649.830</b>	<b>649.830</b>
Base para cálculo das destinações:	543.309	649.830	649.830
Constituição de reserva legal	(27.165)	(31.962)	(31.9



**USINA ALTO ALEGRE S.A. - AÇÚCAR E ALCOOL**

CNPJ nº 48.299.562/0001-36

**Relatório da Diretoria**

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de março de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer informações que fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Presidente Prudente-SP, 04 de julho de 2025

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, encontram-se à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia, e estão sendo publicadas na edição digital de 18/07/2025 no Jornal O Dia SP.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
2025		2024		2025		2024		2025		2024		2025		2024	
<b>Ativo Circulante</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	1.498.294	1.365.096	Fornecedores	92.492	141.212	<b>Receita operacional líquida</b>	3.997.782	3.764.008	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	1.047.380	853.159	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	1.047.380	853.159	
Contas a receber de clientes	252.443	206.502	Empreéstimos e financiamentos	295.994	291.897	Mudança no valor justo de ativos biológicos	(67.896)	(222.567)	Ajustes para reconciliar o lucro do exercício	-	-	Ajustes para reconciliar o lucro do exercício	-	-	
Estoque	348.922	442.894	Parceria agrícola a pagar	372.727	366.794	Custos dos produtos vendidos	(2.212.178)	(2.327.928)	ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	-	-	Depreciação e amortização	406.708	374.813	
Ativos biológicos	581.213	647.137	Arrendamentos e financiamentos	33.328	32.436	<b>(Dessas) receitas operacionais</b>	1.717.708	1.403.513	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.569	21.182	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.560	14.462	
Impostos a recuperar	44.786	58.121	Salários e encargos sociais	85.476	80.451	Com vendas	(205.245)	(225.457)	Despesa com imposto de renda e contribuição social	340.042	404.476	Despesa com imposto de renda e contribuição social	340.042	404.476	
Instrumentos financeiros derivativos	6.332	49.650	Tributos a recolher	16.001	9.598	Outras administrativas	(105.752)	(93.696)	Resultado não realizado com instrumentos financeiros	(4.390)	(38.639)	Resultado não realizado com instrumentos financeiros	(4.390)	(38.639)	
Outras contas a receber	16.472	27.855	Imposto de renda e contribuição Social a pagar	308.753	262.625	Gerais e operacionais, liquidas	(249.049)	(256.563)	Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	168.299	23	Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	168.299	23	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.748.462</b>	<b>2.707.406</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.224.897</b>	<b>1.246.787</b>	<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	1.468.559	1.146.950	Provisão (reversão da provisão)	-	-	Provisão (reversão da provisão)	-	-	
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>			Despesas financeiras	(98.465)	(95.292)	para contingências, liquidas	(381)	77	para contingências, liquidas	(381)	77	
Impostos a recuperar	28.339	18.833	Parceria agrícola a pagar	282.647	504.133	Receitas financeiras	175.701	140.560	Sobres empréstimos e financiamentos	124.691	47.346	Sobres empréstimos e financiamentos	124.691	47.346	
Depósitos judiciais	-	-	Arrendamentos a pagar	1.226.229	1.278.906	Derivativos	(117.570)	55.437	Juros, variações monetárias e cambiais	-	-	Juros, variações monetárias e cambiais	-	-	
e depósito em caução	128.286	118.234	Arrendamentos a pagar	152.224	181.195	Variações cambiais, liquidas	(58.463)	20.442	Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	-	-	Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	-	-	
Ativos biológicos	-	55.369	Imposto de renda e contribuição Social a pagar	465.403	482.995	<b>Resultado financeiro</b>	(98.797)	125.147	Outros passivos operacionais:	354	(13.592)	Outros passivos operacionais:	354	(13.592)	
Outros Investimentos	896	896	Provisão para contingências	15.029	15.410	<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.369.862	1.272.097	Imposto de renda e contribuição social diferido	(46.300)	(87.084)	Imposto de renda e contribuição social diferido	(46.300)	(87.084)	
Imobilizado	157.521	193.332	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.141.985</b>	<b>2.250.470</b>	Corrente	(340.042)	(404.476)	Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	13.010	14.841	Provisão (reversão da provisão) para devedores duvidosos	13.010	14.841	
Intangível	4.376	3.454	<b>Total do passivo</b>	<b>3.366.432</b>	<b>3.857.157</b>	De longo prazo	1.725.701	1.405.560	Depósitos judiciais e depósito em caução	(827)	10.055	Depósitos judiciais e depósito em caução	(827)	10.055	
Direito de uso	1.883.565	1.947.293	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.650.000</b>	<b>1.200.000</b>	Capital social	1.650.000	1.200.000	Outras contas a receber e instrumentos financeiros	54.702	18.423	Outras contas a receber e instrumentos financeiros	54.702	18.423	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.568.682</b>	<b>4.440.728</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>7.317.144</b>	<b>7.148.134</b>	Reservas de lucros	-	-	Fornecedores	(49.827)	56.298	Fornecedores	(49.827)	56.298	
<b>Total do ativo</b>	<b>7.317.144</b>	<b>7.148.134</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>7.317.144</b>	<b>7.148.134</b>	Reservas de lucros	2.287.414	2.076.007	Salários e encargos sociais	5.025	5.609	Salários e encargos sociais	5.025	5.609	
						Reservas de lucros	2.287.414	2.076.007	Tributos a recolher	6.403	4.241	Tributos a recolher	6.403	4.241	
						Reservas de lucros	2.287.414	2.076.007	Outras contas a receber e instrumentos financeiros	(3.552)	3.268	Outras contas a receber e instrumentos financeiros	(3.552)	3.268	
						Reservas de lucros	2.287.414	2.076.007	Outras contas a receber e instrumentos financeiros	(3.552)	3.268	Outras contas a receber e instrumentos financeiros	(3.552)	3.268	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)				
Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva	Lucros acumulados	Total
1.000.000	16.946	187.026	1.500.487	2.704.459
200.000	-	(200.000)	-	-
-	-	205.984	-	205.984
-	-	(270.000)	-	(270.000)
-	-	1.976	-	1.976
-	-	-	853.159	853.159
-	-	-	(42.658)	(42.658)
-	-	-	(202.625)	(202.625)
-	-	607.876	-	607.876
1.200.000	14.970	229.684	1.846.323	3.290.977
450.000	-	-	-	-
-	-	-	81.108	81.108
-	-	-	(220.000)	(220.000)
-	-	(1.672)	-	(1.672)
-	-	-	1.047.380	1.047.380
-	-	52.369	-	52.369
-	-	-	(746.258)	(746.258)
1.650.000	13.298	282.053	2.005.361	3.950.712

**Em 31 de março de 2023**  
Aumento de capital social com lucros retidos 200.000  
Reversão de dividendos propostos -  
Dividendos distribuídos -  
Realização do custo atribuído - (1.976)  
Lucro líquido do exercício -  
Destinações:  
- Constituição de reserva legal - 42.658  
- Dividendos mínimos obrigatórios -  
- Constituição de reserva de retenção de lucros -  
**Em 31 de março de 2024**  
Aumento de capital social com lucros retidos 450.000  
Reversão de dividendos propostos -  
Dividendos distribuídos -  
Realização do custo atribuído - (1.672)  
Lucro líquido do exercício -  
Destinações:  
- Constituição de reserva legal - 52.369  
- Dividendos mínimos obrigatórios -  
- Constituição de reserva de retenção de lucros -  
**Em 31 de março de 2025**  
Aumento de capital social com lucros retidos 200.000  
Reversão de dividendos propostos -  
Dividendos distribuídos -  
Realização do custo atribuído - (1.976)  
Lucro líquido do exercício -  
Destinações:  
- Constituição de reserva legal - 42.658  
- Dividendos mínimos obrigatórios -  
- Constituição de reserva de retenção de lucros -

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional** A Usina Alto Alegre S.A. - Açúcar e Alcool ("Companhia"), sediada em Presidente Prudente/SP, tem como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar e etanol carterado. Também atua na cogeração e comercialização de energia elétrica, desenvolve em quatro unidades industriais localizadas nos municípios de Presidente Prudente/SP, Colorado/PR, Santo Inácio/PR e Florestópolis/PR. Aproximadamente 98% da cana-de-açúcar processada pela Companhia são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento, e o restante é adquirido junto a produtores agrícolas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de 12, 18 meses e 2 vezes para maturação e o período de colheita inicia-se geralmente entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e etanol. A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e não sofre variações decorrentes de sazonalidade, somente de oferta e demanda normais do mercado. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 17/04 e termina em 31/03 de cada ano. **5. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utiliza-se de estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis. A Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **6. Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 17** - Passivo de parceria agrícola e arrendamento e direito de uso. **A Companhia** não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento e parcerias agrícolas. Portanto, a taxa incremental do empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento e da parceria no registro inicial do contrato. A taxa incremental do empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento e parceria, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Adicionalmente a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento/parceria, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **Nota explicativa nº 18** - Provisões para contingências. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, civis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **Nota explicativa nº 24** - Instrumentos financeiros. A Companhia adota o CPC 48 Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a entidade de hedge), onde classifica seus ativos financeiros em mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado. O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas". Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **6. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 13** - Ativo biológico; Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. A Companhia avalia seu ativo biológico ao valor justo, conforme orientações do CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa da Companhia na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) produtividade de estimada dessas canaviais, (ii) quantidade de açúcar total recuperável (ATR) por tonelada de cana-de-açúcar, (iii) preços futuros estimados do ATR, (iv) custos necessários para manutenção do canalvia (tratamentos culturais), custo da terra utilizada (aluguel ou parceria) e custos correspondentes ao corte, carregamento e transporte dessa cana-de-açúcar. **Nota explicativa nº 14** - Vida útil do ativo imobilizado; **Nota explicativa nº 17** - Direito de uso, Parceria e Arrendamento agrícola a pagar, taxa de desconto; **Nota explicativa nº 19** - Imposto de renda e contribuição social diferidos. A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognósticos, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Portanto, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, a deliberar sobre: (i) ratificação do artigo 5º do estatuto social da Companhia e tributários, **6. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e os passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC. Incluindo o nível na hierarquia do valor justo que são avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3** - inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. **(i) Contas a receber de clientes** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis, que é determinado para fins de divulgação, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, **(ii) Imobilizado** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados na data de transição para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** O valor justo de contratos de câmbio e termos de baseados no preço de mercado listados, se disponível. O valor justo dos instrumentos derivativos de proteção de moeda e juros consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratuais e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da base

de dados da BM&F e NYBOT. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando a diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos) - vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros. **(iv) Passivos financeiros não derivativos** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de apresentação. O valor justo é calculado com base no valor presente do principal e dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, considerando os fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado. Quanto aos componentes passivos dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência em contratos de arrendamentos semelhantes. **(v) Outros passivos financeiros não derivativos** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **6. Políticas contábeis materiais Mudanças nas políticas contábeis materiais** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo em seções ressaltadas na conversão são geralmente reconhecidas no balanço patrimonial e demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants** (alterações ao CPC 26) A Companhia adota a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26) a partir de 19/04/2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações. Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha opções conversíveis em aberto em 31/03/2024. **a. Moeda estrangeira** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações, exceto pelos ativos e pelos passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação, que são convertidas para moeda funcional à taxa de câmbio aurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Instrumentos de dívida** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **c. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido das reavaliações registradas em 1999 e 2006, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessária. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa no período em que ocorrem. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilização. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despeito, gastos gerais indiretos alocados durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado. **(iii) Depreciação** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor custo menos o valor residual seja integrado ao resultado ao longo de sua vida útil econômica e construídos em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas médias anuais utilizadas estão apresentadas na nota explicativa nº 14. **d. Intangível** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, substancialmente formados por direitos de uso de software, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos arrendados (leasing)** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06/2023. Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados a produção de cana-de-açúcar. As oscilações dos preços são reconhecidas nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento e parceria agrícola a pagar. **(f) Como arrendatário** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e parceria a pagar na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento ou parceria agrícola efetuados até a data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pela efetiva colheita desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento, com base nos fluxos de caixa estimados para o período de pagamentos do arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento/parceria agrícola ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental com base nas taxas de juros

observáveis no mercado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo são os pagamentos de arrendamento e parceria agrícola que não são efetuados na data de início, descontados pelo método do custo médio. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação e ajustados ao valor líquido realizável, se aplicável, que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **h. Instrumentos financeiros (i) Ativos financeiros** Os ativos financeiros são classificados como (a) mensurados ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **a. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado** Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: (1) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e (2) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa futuros. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são classificados em 31/03/2025 e 2024, os ativos financeiros classificados nessa categoria referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes e depósitos judiciais, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor e contas garantidas, quando aplicável. **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se a investimentos vinculadas a contratos de empréstimos com restrição de liquidez; **Contas a receber de clientes:** correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia e são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da perda de crédito esperada para contas a receber, quando aplicável. A perda de crédito esperada para contas a receber é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber, sendo calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço; e **Depósitos judiciais:** são atualizados monetariamente e aprendados no ativo não circulante, exceto se há intenção da administração e um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos com o respectivo passivo registrado no passivo não circulante, na rubrica provisão para contingências. Nesse caso, são apresentados líquidos no balanço patrimonial. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são contabilizados pelo valor justo. Os custos da transação são debitados ao resultado. Exceto por instrumentos financeiros derivativos, em 31/03/2025 e 2024, a Companhia não possui passivos financeiros incluídos nessa categoria. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e que tenha impacto significativo no valor presente líquido do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **(iii) Passivos financeiros** Passivos financeiros são classificados como (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou (b) mensurados ao custo amortizado. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** incluem os passivos financeiros para negociação

# Atletismo Brasil pronto para a disputa do Ibero-Americano Sub-18

O Atletismo Brasil embarcou na madrugada de quinta-feira (17) para a disputa do II Campeonato Ibero-Americano de Atletismo Sub-18, em Assunção, Paraguai, sábado e domingo (19 e 20/7). O Brasil terá 35 atletas (16 feminino e 19 masculino) na competição que juntará competidores de países de língua espanhola e portuguesa. A categoria sub-18 é a porta de entrada dos atletas para as competições internacionais do atletismo.

A seleção viajou após Camping para entrosamento, treinamento e conversas realizado, por dois dias, no Centro Nacional de Desenvolvimento Loterias Caixa de Atletismo, em Bragança Pau-



Foto/Divulgação  
**Comitê Feminino promove ação com atletas sub-18**

lista, São Paulo. Após a entrega de uniformes da PUMA, o grupo participou de reunião com treinadores, palestras e conversas so-

bre temas relevantes sobre psicologia esportiva, palestra antidopagem e mídia training. E de atividade especial com o

Comitê Feminino, com o tema Esporte Seguro e a importância de estudar com Elisângela Adriano e Maila Machado, comandada pelo Comitê Feminino.

“É uma alegria saber que a nossa base vem muito forte, os resultados estão mostrando. É muito legal ver o atletismo se fortalecendo em todo o país”, disse Wlamir Motta Campos, presidente do Conselho de Administração da CBAT.

O grupo tem atletas de dez Estados do Brasil mais o Distrito Federal, das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A diversidade do trabalho se reflete com atletas de equipes como o Instituto Bruna Farias, parceria

com a Prefeitura de Cururipe, Alagoas, que tem dois barreiristas na seleção: Johnata Vinicius da Silva Moura e Maiza Silva da Conceição, nos 400 metros com barreiras.

A seleção destacou o trabalho desenvolvido na Fundação de Esportes de Campo Mourão (FECAM/ASSERCAM), do Paraná, pelo treinador Sidmar Andri-

gheto Gielow, com cinco convocados nos lançamentos (dardo, disco e martelo). E com Alexander Cordeiro Santa Cruz, dono da melhor marca do mundo no salto triplo (15,78 m), do Instituto Ideal Brasil de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Desportivo, do Rio, feito pelo treinador Ormandino Rodrigues Barcelos, de 80 anos.

## BRB Fórmula 4 Brasil volta ao ‘berço’ para segunda etapa de 2025

Com o sonho da Fórmula 1 no horizonte, jovens promessas do automobilismo sul-americano correm no circuito que marcou a estreia da categoria-escola, há três anos



Foto/Rafael Gagliano  
**Primeira etapa do campeonato teve três vencedores diferentes em Interlagos**

Correr no Velocitta é sempre um momento especial para a BRB Fórmula 4 Brasil Credenciada pela FIA. Afinal, foi no circuito localizado em Mogi Guaçu, no interior de São Paulo, que a categoria-escola promovida pela Vicar realizou sua primeira largada, em 14 de maio de 2022. Consolidada no cenário nacional e latino-americano pela quantidade de talentos já revelados para o automobilismo, a competição retorna ao seu ‘berço’ para a disputa da segunda etapa da temporada 2025 entre 17 e 20 de julho.

No seu quarto ciclo, a BRB Fórmula 4 Brasil tem o grid mais jovem da sua história. E em processo de constante renovação, a competição mostrou desde a abertura do campeonato, no primeiro fim de semana de maio, em Interlagos, que a base vem muito forte e traz a perspectiva de um campeonato dos mais acirrados e imprevisíveis dos últimos anos.

Os números revelados no ‘templo do automobilismo brasileiro’ evidenciam um campeonato que começou bastante equilibrado, com três vencedores diferentes: Ciro Sobral, Murilo Rocha e Heitor Dall’Agnol. Além destes, outros cinco competidores conquistaram pódios em São Paulo: Ethan Nobels, Celso Hahn, Pietro Mesquita, Alceu Feldmann Neto e Rogério Grotta. Somente o ‘rookie’ Mesquita marcou dois top-3, enquanto outro estreante roubou a cena em Interlagos.

**Ascensão meteórica** — Heitor Dall’Agnol chega ao Velocitta como líder da temporada 2025 da BRB Fórmula 4 Brasil. Em sua jornada de estreia na categoria-escola, o gaúcho de Passo Fundo foi um dos grandes nomes da abertura do campeonato. A bordo do carro #27 da TMG Racing, o adolescente de 15 anos chegou a conquistar a pole, mas foi excluído da classificação em razão de uma infração técnica e caiu para o último.

Heitor cravou duas grandes ‘remontadas’ em Interlagos. Na primeira prova, vencida pelo companheiro de equipe Ciro Sobral, o gaúcho saiu do fim do grid para cruzar a linha de chegada em quarto. Já na terceira corrida do fim de semana, Dall’Agnol finalizou em segundo, mas foi declarado vencedor semanas depois após punição de 20s imposta a Ethan Nobels em razão de incidente com Sobral após julgamento de recurso por parte do Superior Tribunal de Justiça (STJD) do Automobilismo.

Curiosamente, os três primeiros colocados no campeonato têm apenas 15 anos. Dall’Agnol lidera a tabela e soma 44 pontos, dez a mais que Pietro Mesquita, outro piloto do sexteto da TMG Racing, equipe liderada por Fili-

ppe Forti. Vencedor da Corrida 2 em Interlagos com a Starrett Bassani F4, Murilo Rocha aparece em terceiro na classificação, com 31 tentos, empatado com Ciro Sobral.

Em uma sequência com três pilotos da Cavaleiro Sports, a quinta posição é de Ethan Nobels, com 27 pontos, um a mais que Alceu Feldmann Neto, enquanto o mato-grossense Rogério Grotta vem em sétimo no campeonato, com 19 pontos. Celso Hahn, em sua primeira temporada completa na categoria, está em oitavo, com 15, à frente dos ‘rookies’ Pedro Lins (Starrett Bassani F4), com 14, e de Cadi Baptista (TMG Racing), com 12.

Como circuito de homologação Grau 3 da FIA (Federação Internacional do Automóvel), o Velocitta é um dos poucos autódromos brasileiros habilitados a receber etapas da BRB Fórmula 4 Brasil. Desde 2022, foram 15 provas disputadas no traçado guaquano. O maior vencedor é o atual campeão, Matheus Comparato, com quatro triunfos.

Entre os pilotos em atividade na categoria-escola, o único com vitória é Ethan Nobels, que conquistou no Velocitta seu primeiro triunfo no campeonato, em março do ano passado. A pista receberá outras duas etapas do calendário de 2025, em setembro e outubro.

**Programação no Velocitta** — Em uma semana de muita velocidade, quatro campeonatos na pista — BRB Fórmula 4 Brasil, BRB Stock Car Pro Series, Stock Light e Turismo Nacional — e um total de 16 corridas, o cronograma da categoria-escola em Mogi Guaçu compreende quatro dias de muitas atividades de pista, a começar pela manhã de quinta-feira, quando terá início uma programação de três treinos extras ao longo do dia.

Na sexta, a BRB Fórmula 4 Brasil começa sua agenda às 8h e terá pela frente mais dois treinos livres e a sessão classificatória que determinará o segundo pole position do ano e o grid de largada das corridas 1 e 3, a partir de 16h25.

A primeira corrida válida pela etapa do Velocitta está marcada para o início da manhã de sábado, às 7h50, com 30 minutos mais uma volta de duração. Já a segunda prova do dia tem largada prevista para 15h35, sendo a disputa mais curta do fim de semana, com 20 minutos. O desfecho da rodada interiorana será realizado na manhã de domingo, às 8h20, em outra prova com 30 minutos mais uma volta.

A BRB Fórmula 4 Brasil tem transmissão ao vivo pelo canal oficial da categoria no YouTube e em TV por assinatura pela emissora BandSports.

## W2V Racing e Pioneiro Motonil Motors destacam evolução no MOTO1000GP



Foto/MOTO1000GP  
**Após três etapas, as equipes mostram crescimento técnico**

Estreantes na temporada 2025 do MOTO1000GP, as equipes W2V Racing e Pioneiro Motonil Motors destacam a evolução conquistada até aqui. Após três etapas, ambas mostram crescimento técnico, conquistaram bons resultados em diferentes categorias e se preparam para a reta final do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade.

A W2V Racing entrou no campeonato com um projeto estruturado e pilotos em três categorias: Sebastián Salom na GP1000, Antony Mendes na 600 Light e Hebert Pereira na Daytona 660 Cup. Após um início desafiador, a equipe alcançou resultados expressivos, incluindo dois segundos lugares em Interlagos e a liderança na 600 Light.

“O início da nossa história no MOTO1000GP foi desafiador. Campeonato novo, pistas novas, estrutura nova, pilotos novos na equipe. Tivemos bastante dificuldade nas duas primeiras etapas para encontrar o acerto ideal da moto na GP1000, mas Interlagos foi um ponto de virada. Conseguimos alinhar tudo, desde a pilotagem até a estratégia, e mostramos que temos potencial para brigar na frente”, afirma Paulo Vellei, sócio e engenheiro-chefe da equipe. “Vamos seguir evoluindo com consistência e foco total para disputar o título”, destaca Paulo Vellei, da W2V.

A Pioneiro Motonil Motors também reforçou sua presença ao longo da temporada e atualmente conta com sete pilotos em seis categorias. Gustavo Silveira na GP1000, Manow Martins na 1000 EVO, Alex Barbosa na 1000 Light, Alex Oliveira na GP600, Iovandes Natural na 600 Light. Lucas Besa e Caua Buzo representam a equipe na Daytona 660 Cup.

“Chegando quase na metade do campeonato, estamos muito bem nas categorias que disputa-

mos. Tivemos alguns problemas que nos atrapalharam, mas a equipe conseguiu reagir rapidamente. Hoje, cinco dos nossos sete pilotos estão entre os três primeiros colocados, e um lidera o campeonato”, ressalta Igor Buzo, da equipe Pioneiro Motonil Motors. “Estamos trabalhando muito para que a próxima etapa seja a melhor até agora e agradecemos aos patrocinadores que seguem acreditando em nosso projeto”, completa.

A quarta etapa do MOTO1000GP acontece nos dias 2 e 3 de agosto, no Circuito dos Cristais, em Curvelo (MG). O fim de semana que marca a metade da temporada do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade receberá oito categorias e mais de 50 sessões entre treinos livres, classificatórios e corridas. Estão previstas provas das oito categorias do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade: GP1000, Daytona 660 Cup, GP600, Motul 300V Cup, Yamaha R15 BLU CRU LA, Yamalube R3 BLU CRU LA Cup e Talent e Mottu Endurance.

## Turismo Nacional tem duelo de gerações como “pano de fundo”

A inclusão da Turismo Nacional como o primeiro degrau na escala evolutiva promovida pela Vicar e que pode levar o piloto a chegar ao grid da BRB Stock Car Pro Series aumentou em profusão a presença de jovens talentos no grid da categoria dos carros mais vendidos do Brasil. Se antigamente a TN contava em maior parte com competidores mais tarimbados, hoje há um mix dos mais interessantes entre juventude e experiência, o que eleva ainda mais o nível técnico e amplia o leque de possibilidades de grandes disputas e duelos de gerações.

Dois dos protagonistas da temporada 2025 até agora são pilotos bastante jovens. Embora com experiência prévia de dois anos na Turismo Nacional, o catarinense Alexandre Bastos (Roger Racing) — líder Overall e Sprint na categoria A e Endurance — tem somente 23 anos e já marcou cinco vitórias, duas poles e dez top-10 neste ano.

Na classe B, o grande nome deste princípio de campeonato é o paulista Augusto Sangalli (Pein Competições), formado no kartismo, no seu segundo ano na Turismo Nacional e atualmente tendo 18 anos, tendo chegado à maioria recentemente, em maio. Sangalli tem seis triunfos somente em 2025, além de três poles na B e dez presenças entre os cinco primeiros colocados.

Estreante na Turismo Nacional em 2025, o catarinense Gabriel Moura (GRacing Motorsport) é outro piloto bastante jovem que vem reivindicando seu espaço. Com 16 anos, o adolescente já esteve muito perto da sua primeira vitória logo na etapa de estreia, em Interlagos, já conquistou sete top-5 e faturou uma pole, no Velopark, em junho.

Aliás, o autódromo gaúcho foi palco de uma cena emblemática. Já no anoitecer de sexta-feira, após a classificação, Nova Santa Rita foi o palco da festa dos jovens

Moura e Sangalli, autores das poles nas classes A e B, respectivamente. Somando a idade dos dois pilotos, apenas 34 anos, menos que boa parte dos seus concorrentes no grid da TN.

Outros expoentes da nova geração também estão em alta na Turismo Nacional. Um deles é o gaúcho João Cardoso (Auto Racing), de 18 anos, que foi campeão de tudo na categoria B ano passado, subiu para a classe A e já faturou quatro vitórias, uma pole e sete idas ao top-5, sendo um dos candidatos ao título e à vaga para correr na Stock Light ano que vem. Na categoria B, os adolescentes Vasco Pedro (CAR Racing) e Luiz Veras (GRacing Motorsport), ambos com 17 anos, já marcaram seis top-5 cada e lutam diretamente pelo título com Sangalli. Domenico Largura (Manzini), que forma dupla com Caio Cunha, chegou à TN com 18 anos e já marcou pódio. E o mais jovem piloto do grid — com meros 15 anos —, o fluminense Pietro Nalesso, também representa a equipe paulistana, tal qual Victor Manzini, que nesta quinta-feira (17 de julho) será mais um a alcançar a maioridade.

**Experientes em evidência** — Se é verdade que a juventude ocupa posição de destaque no campeonato, a voz da experiência já soltou o grito de vitória e igualmente tem sido presença assídua nos pódios da Turismo Nacional em 2025. No Velopark, por exemplo, dois grandes nomes da categoria brilharam e mostraram que têm potencial para fazer frente à nova geração do automobilismo brasileiro.

Um dos nomes mais ‘casquados’ do grid é Pablo Alves. Parense radicado há mais de 30 anos em Goiânia, o piloto de 43 anos da Maranhath Racing já foi vice-campeão geral em 2018 e 2024, ano em que também foi segundo colocado do campeonato Endurance. ‘Pablito’ estava há quase dois anos sem triunfar, mas quebrou o



Foto/Rafael Gagliano  
**Batalha entre Adilson Jr. e João Cardoso na etapa do Velopark**

seu primeiro triunfo na categoria na jornada gaúcha do campeonato.

André Bragantini Jr. é outra referência em tração dianteira na Turismo Nacional. Reconhecido pelo talento nas pistas, o paulista de 46 anos representa a Manzini e também se notabiliza por ser um vencedor na vida. Pessoa com síndrome de Tourette — transtorno neuropsiquiátrico caracterizado por tiques motores e vocais — Bragantini Jr. supera cada desafio com resiliência e motivação. No Velopark, o piloto se emocionou com seu primeiro triunfo na TN.

Também no Rio Grande do Sul, o cearense Lutianna Soares (Landerou Competições), de 40 anos, trilhou grande campanha e cruzou a linha de chegada entre os cinco primeiros em quatro oportunidades. Já a dupla ‘casca oporta’ formada pelo primeiro bicampeão da TN, o mineiro Wanderson Freitas (44 anos), e o gaúcho Eduardo Fuentes (50), marcou três top-5 até agora em 2025 com a WC6 Motorsport.

Mesmo na categoria B, com maior presença da ‘molecada’, tem pilotos com mais cancha também em evidência: casos dos ‘rookies’ Ale Xavier (48 anos), maior pontuador no Velopark e dono de seis top-5, Diego Lozov (43), que triunfou pela primeira vez na TN no Rio Grande do Sul, e Nico Dall’Agnol (34), que também faturou

## Turismo Nacional tem duelo de gerações como “pano de fundo”